



Plenário deve votar compensação a usinas hidrelétricas

Proposta tranca a pauta do Senado, que hoje ainda poderá analisar a redução de cargos comissionados no setor público, entre outros projetos. Congresso também se reúne

A aprovação da medida provisória (MP) que compensa as hidrelétricas pelo deficit na geração de energia em razão da escassez de chuvas interessa ao governo. A decisão fortalecerá as usinas cujas concessões devem ser leiloadas amanhã.

Ao torná-las mais atrativas, o Executivo tem mais chances de garantir o sucesso do leilão, com o qual pretende arrecadar cerca de R\$ 11 bilhões ainda este ano.

Além da MP, também constam da pauta do Plenário outras três propostas. Uma delas restringe os cargos comissionados na administração pública, outra cria a Autoridade Fiscal Independente e a terceira impede o contingenciamento de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

Também está marcada para a hoje sessão do Congresso para analisar os vetos presidenciais pendentes, a mudança na meta fiscal da União para 2015 e a LDO para o próximo ano. **3**



Carine Belluzzi/TV Senado

Marta Suplicy presidiu reunião, ontem, na Assembleia Legislativa de SP

Em São Paulo, Sebrae apoia ampliação de Simples Nacional

O projeto que aumenta o limite para adesão ao Simples Nacional foi discutido em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em São Paulo. Se a proposta for aprovada, a lei passará a vigorar em janeiro de 2017. A receita bruta anual máxima para

microempresas no Super-simples passará de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil e, para empresas de pequeno porte, de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões. O presidente do Sebrae aprovou a proposta. A reunião foi sugerida pela relatora na CAE, Marta Suplicy. **3**

Na Bahia, CPI diz que morte de jovens tem índice de guerra **7**

Governo revê índices e prevê queda maior do PIB para 2016 **3**

Semana da Pessoa com Deficiência começa amanhã **2**

Texto permite que auditor fiscal ande armado **7**

Debate sobre Acordo Transpacífico será retomado **6**



Gerardo Mangel/Agência Senado

Wladimir Vinycius Camargos, Caio Cesar Vieira Rocha e Álvaro Melo Filho

Lei do Desporto buscará dar mais profissionalismo ao setor

A comissão de juristas que atualiza a legislação esportiva do país considera como maior desafio tratar de questões como os direitos trabalhistas dos atletas e as formas de evitar

a elisão fiscal. Segundo os especialistas, é comum a prática de que rendimentos sejam pagos como “direito de imagem” para serem considerados como não tributáveis. **6**

TV pública deve dar espaço a associações comunitárias

O governo prevê a implantação do Canal da Cidadania até 2019 nas cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes. Com o uso da multiprogramação possibilita-

da pela TV digital, o canal deve contribuir para a democratização da comunicação, com um sistema público que incluirá TVs não estatais. Participantes de audiência pública

na Comissão de Direitos Humanos explicaram que serão quatro faixas de conteúdo: uma para os municípios, outra para os estados e duas para associações comunitárias. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Audiência debateu ontem os desafios da comunicação pública e dos direitos humanos nas TVs no Brasil



Jefferson Ruy/Agência Senado

Contas de Marli Oliveira subiam muito após viagens e hoje ela usa aplicativo

especial Cidadania

Fim da taxa de roaming segue para a Câmara

Senado aprovou projeto que proíbe cobrança de taxas por chamadas de celular entre a mesma operadora feitas ou recebidas fora da cidade de registro da linha. **4 e 5**

Reprodução



Encarte mostra semana dos jovens senadores

Ao longo da semana passada, 27 estudantes de escolas públicas de todo o país atuaram como jovens senadores. Três sugestões que eles aprovaram na sexta-feira agora serão analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e poderão virar projetos de lei.

Nona edição da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência tem atividades de amanhã até o fim da próxima semana. Entre elas, musical estrelado por autistas, oficina de Libras e exposição



Objetivo da programação é divulgar nova legislação sobre direitos das pessoas com deficiência, sancionada este ano

Senado abre evento pela valorização do deficiente

COMEÇA AMANHÃ A 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pela Comissão de Educação e Cultura (CE). A programação inclui palestras, cursos e exposições que marcam o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, comemorado mundialmente em 3 de dezembro.

O tema deste ano é “Estatuto da Pessoa com Deficiência — Lei Brasileira de Inclusão: do papel à realidade”. O objetivo é divulgar e debater a legislação sancionada em julho.

A abertura do evento amanhã será às 10h, com a presença dos senadores Romário (PSB-RJ) e Paulo Paim (PT-RS), da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) e do embaixador do Reino Unido no Brasil, Alex Ellis. Também haverá o musical *Sinfonia Diferente*, primeiro estrelado por crianças

autistas, e o show do guitarrista que toca com os pés, Johnatha Bastos, acompanhado pelo Coral do Senado.

Os interessados em aprender a linguagem brasileira de sinais (Libras) terão a oportunidade de participar de oficina na quinta e na sexta-feira.

A exposição *Um Autista Artista*, de Vinícius Ferreira, também integra a série de eventos. Os quadros ficam expostos até 4 de dezembro, na Senado Galeria.

No dia 2 de dezembro, os escritores Loni Manica e Geraldo Caliman lançam o livro *Os Limites e as Possibilidades da Inclusão de Pessoas com Deficiência na Educação Profissional* na Comissão de Educação e Cultura.

A semana será encerrada com a palestra “Lei Brasileira da Inclusão: do papel à realidade”, com a participação

de especialistas, sob a coordenação da CE, no dia 3 de dezembro, no Auditório do Interlegis.

Estatuto em braile

O Senado lançou uma versão em braile do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que entrou em vigor em julho e assegura uma série de direitos e garantias para pessoas com algum tipo de limitação física ou intelectual.

Impressa pela Gráfica do Senado, a nova versão do texto legal está disponível para organizações e bibliotecas que trabalham com cegos.

Para receber a publicação em braile, essas instituições podem entrar em contato com a Ouvidoria do Senado. O telefone é 0800 612211 e o e-mail é ouvidoria@senado.leg.br.

Exposição reúne produção digital da Agência Senado

A exposição *Design de Informação — Senado Federal na era digital* exibirá a produção multimídia desenvolvida nos últimos anos pela equipe de jornalismo da Secretaria Agência e Jornal do Senado. São 16 vídeos e 25 infográficos que marcam o uso das tecnologias digitais no site Senado Notícias. A mostra estará aberta ao público de hoje a 14 de dezembro no Salão Branco (Chapelaria) do Congresso.

Os vídeos, animações e infográficos selecionados refletem a pluralidade da cobertura jornalística das atividades legislativas e o cuidado em levar aos internautas e à sociedade produtos em linguagem mais

acessível. Foram publicados originalmente no Senado Notícias e nas páginas da Casa nas redes sociais.

O visitante poderá assistir aos vídeos em monitores instalados em painéis distribuídos ao longo de um “túnel” estrategicamente montado para permitir maior imersão nos trabalhos. Os vídeos foram divididos em quatro categorias: Animação, Cidadania, *Em Discussão!* e Senado na História. Em cada monitor, o visitante poderá compartilhar o vídeo nas redes sociais por meio de um QR Code ou acessar diretamente o vídeo no canal do YouTube.

As infografias apresentadas na exposição, produzidas pela

equipe de arte da Agência e Jornal do Senado, foram divididas em gráficos estáticos, publicados em material impresso, e os dinâmicos ou interativos, publicados na internet, subsidiando as reportagens. Os infográficos poderão ser acessados também em tablets, que serão disponibilizados no local.

Ao final do túnel da exposição, o visitante encontrará um ambiente especialmente construído para a troca de impressões e compartilhamento de informações nas redes sociais, com serviço de acesso à internet sem fio.

O visitante também poderá tirar fotografias em um totem com a inscrição #EuNoSenado.

Seis senadores vão a Paris para conferência da ONU sobre o clima

O Senado estará representado na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-21), que acontece entre 5 e 11 de dezembro, em Paris, com Donizeti Nogueira (PT-TO), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Roberto Rocha (PSB-MA), Sandra Braga (PMDB-AM) e Vanessa

Grazziotin (PCdoB-AM).

Amanhã o **Jornal do Senado** publicará um encarte especial sobre a COP, um evento da ONU que reúne os países que assinaram o Protocolo de Kyoto. A COP-21 terá como principal objetivo costurar um novo acordo entre os países para diminuir a emissão de gases que causam o efeito estufa, diminuindo o aquecimento global.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



LEI DO ESPORTE Debates

9h Comissão de juristas debate direitos e responsabilidades dos torcedores, torcidas e clubes, segurança e conforto nos eventos e crimes contra o torcedor.

CDH Homenagem ao Dieese

9h Audiência pública interativa sobre o Movimento Nacional Pró Associativismo. Às 14h, outra audiência em homenagem aos 60 anos do Dieese.

CAE/CCT Marco regulatório

9h30 Análise do PLC 77/2015, que trata do marco regulatório para a área da ciência e tecnologia.

CMA Remédios para emagrecer

9h30 Entre 19 itens da pauta, o PLC 61/2015, que autoriza a produção e a venda de remédios para emagrecer.

CCT Divulgação de despesas

9h55 Pauta de 18 itens inclui o PLS 86/2014, que obriga a administração pública federal a divulgar despesas com publicidade.

CAE Limite para dívida da União

10h Emenda ao PRS 84/2007, sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, inicia pauta com 16 itens.

CRE Acordo Transpacífico

10h A audiência pública interativa para discutir o Acordo Transpacífico e o veto à indicação de Nelson Jobim como observador na eleição venezuelana.

CE Revalidação de diplomas

11h30 Na pauta, PLS 138/2012, que institui exame para revalidação de diplomas médicos de universidades estrangeiras.

CMO Líderes

13h30 Líderes da Comissão Mista de Orçamento se reúnem. Às 14h30, reunião ordinária para discussão da Lei Orçamentária para 2016. Às 16h30, reunião extraordinária.

MP 693/2015 Porte de armas

14h Reunião da comissão mista que analisa a MP, que permite o porte de arma a auditores e analistas da Receita Federal, mesmo fora de serviço.

PLENÁRIO Pauta trancada

14h A MP 688/2015, que compensa hidrelétricas, segue trancando a pauta.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Índices

14h A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher faz audiência pública interativa para debater medidas de redução dos índices de violência.

CPI DO HSBC Reunião

14h30 Comissão de inquérito faz a 15ª reunião de trabalho.

MERCOSUL Isenção de tarifa

14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul analisa requerimentos e o PL 3.046/2011, sobre isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.

MINERAÇÃO Barragem

14h30 Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração faz audiência pública interativa sobre o rompimento de barragens da empresa de mineração Samarco, em Mariana (MG).

MP 690/2015 Aumento de impostos

15h Análise de relatório da MP que eleva o tributo de produtos eletroeletrônicos e de bebidas quentes.

PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

16h Renan Calheiros preside a ordem do dia no Plenário do Senado; às 19h, preside sessão do Congresso para deliberação de vetos no Plenário da Câmara.

DESBUROCRATIZAÇÃO Imóveis

17h Comissão de juristas apresenta registro eletrônico de imóveis e discute minuta do projeto sobre prazo para realização de exame pericial.

CONGRESSO Vetos

19h Sessão conjunta para análise de vetos e projetos de lei.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Compensação a hidrelétricas na pauta de hoje

Plenário do Senado pode votar a proposta que fortalece as usinas cujas concessões devem ser leiloadas amanhã. Congresso também se reúne para votar vetos, LDO e meta fiscal

AGENDA BRASIL

PROJETO QUE COMPENSA as usinas hidrelétricas pelo déficit na geração de energia em razão da escassez de chuvas está trancando a pauta do Plenário e pode ser analisado hoje. A eventual aprovação do texto deve reduzir as incertezas sobre o sucesso do leilão de hidrelétricas, marcado para amanhã, com o qual o governo pretende arrecadar R\$ 11 bilhões ainda este ano.

Também constam da pauta duas propostas de emenda à Constituição (PECs) e um projeto de lei do Senado (PLS). A PEC 83/2015 cria a Autoridade Fiscal Independente (AFI), a 110/2015 restringe os cargos comissionados no setor público e o PLS 25/2014 impede o contingenciamento do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

O projeto relativo às usinas — PLV 23/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 688/2015 — prevê novas regras para o leilão das hidrelétricas que não aderiram à prorrogação das concessões com redução de tarifas, proposta pela Lei 12.783/2013.

Com as novas regras de compensação, o governo pretende fortalecer as usinas hidrelétricas cujas concessões serão leiloadas amanhã. Ao torná-las mais atrativas, o Executivo tem mais chances de garantir o sucesso do leilão.

A estiagem dos últimos anos afetou os reservatórios das hidrelétricas e, para preservá-los, o governo optou pela geração de energia termelétrica, que é mais cara. A troca trouxe prejuízos ao sistema.

A medida provisória transfere ao consumidor final o futuro risco hidro-



Plenário do Senado também poderá analisar a criação da Autoridade Fiscal Independente e a restrição de cargos comissionados na administração pública

lógico (pela falta de chuvas) na geração hidrelétrica de energia e prorroga contratos das usinas ou suas concessões para compensar os prejuízos de 2015 com a geração menor.

Os prejuízos acumulados até o segundo semestre de 2015 pelas usinas estão em torno de R\$ 13 bilhões. Esse valor não será repassado aos consumidores devido à prorrogação temporária dos contratos ou das concessões pelo tempo necessário à amortização do valor. A adesão das empresas geradoras a essa sistemática será voluntária.

Autoridade Fiscal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, é o autor da PEC 83/2015, que cria a Autoridade Fiscal Independente. O texto faz parte da Agenda Brasil, pauta apresentada pelo próprio Renan para

incentivar a retomada do crescimento. O objetivo da PEC é criar um ambiente fiscal mais seguro e previsível, que não dê margens a manobras com as contas públicas.

A AFI deverá ser um órgão técnico, apartidário e autônomo, com a missão de avaliar, continuamente, a política fiscal adotada no país. Ligada ao Congresso Nacional, será composta de um quadro de servidores concursados.

O substitutivo de José Serra (PSDB-SP) à PEC foi rejeitado em outubro. Com a rejeição, a proposta original de Renan foi retomada.

Já PEC 110/2015, que restringe os cargos comissionados na administração pública, está pronta para ser votada em segundo turno. O autor é Aécio Neves (PSDB-MG).

A pauta também traz o PLS 25/2014,

que determina que os créditos orçamentários programados para o Funpen não serão contingenciados, independentemente da situação fiscal do governo. O texto, de Ana Amélia (PP-RS), faz parte da Agenda Brasil.

Congresso

Hoje também está prevista sessão do Congresso em que poderá ser votado o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 (PLN 1/2015).

Outra proposta em pauta é a que altera a meta fiscal do governo para 2015 (PLN 5/2015). Com a mudança, o Executivo será liberado para fechar o ano com déficit de até R\$ 119,9 bilhões.

No entanto, antes dos projetos orçamentários, senadores e deputados precisam votar os vetos presidenciais pendentes.

Limite maior para aderir ao Simples tem apoio em SP

O projeto de lei que aumenta o limite para enquadramento da microempresa no regime especial de tributação do Simples Nacional tem o apoio do Sebrae, informou o diretor-presidente do serviço, Guilherme Afif Domingos, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizada ontem na cidade de São Paulo. O encontro foi iniciativa da relatora do projeto na comissão, Marta Suplicy (PMDB-SP).

Como nas três esferas de governo há temor de que a proposta possa reduzir a arrecadação, a senadora defende uma ampla discussão sobre o tema. A audiência pública sobre o PLC 125/2015 — Complementar foi realizada na assembleia legislativa do estado e contou ainda com a presença do diretor do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Milton Antonio Bogus.

O texto terá de voltar à Câmara, porque foi modificado no Senado. Marta explicou que, segundo acordo com o Ministério da Fazenda, a

vigência da lei terá início em janeiro de 2017.

— Enquanto as grandes e médias empresas estão fechando 780 mil empregos em 2014/2015, as pequenas estão criando 380 mil novos empregos e aumentando produção e receita. Temos que ter força nesse momento de crise. Muitas pessoas que estão em cargos bons não vão estar daqui a pouco e, com a aprovação dessa proposta, vão ter estímulo para montar seu

próprio negócio — disse.

Pelo PLC 125/2015, a receita bruta anual máxima permitida para a microempresa no Supersimples passará de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil. Para empresas de pequeno porte, a participação no sistema simplificado será permitida de R\$ 900 mil a R\$ 14,4 milhões anuais. Atualmente é de R\$ 360 mil a R\$ 3,6 milhões.

Com informações de Carine Belluzzo, repórter da TV Senado enviada a São Paulo



Na audiência, Marta destacou que a pequena empresa aumentou produção

Ministério envia novas previsões e estima PIB 1,9% menor em 2016

Em documento enviado à Comissão Mista de Orçamento (CMO), o Ministério do Planejamento estimou a queda do PIB no próximo ano em 1,9%. O número substitui a previsão da proposta orçamentária, de crescimento de 0,2%.

O documento confirmou a queda do PIB em 2015 (-3,1%), divulgada na sexta-feira no relatório de despesas e receitas do governo sobre o quinto bimestre.

Os números constam da revisão dos parâmetros que subsidiam a proposta orçamentária, enviada ao Congresso em novembro. A atualização é utilizada na reestimativa da arrecadação federal do ano seguinte. Indicadores como inflação, PIB e massa salarial afetam as receitas.

Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a previsão também mudou: saiu de 5,4%, no acumulado de 2016, para 6,47%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC),

que é usado para atualizar o valor do salário mínimo, foi projetado para encerrar o próximo ano em 5,52%.

Outro indicador importante do documento é a previsão da atividade industrial. O governo está projetando queda de 2,7%. Quando enviou a proposta orçamentária, em agosto, a aposta era de um pequeno crescimento de 0,36%.

Os novos indicadores econômicos serão analisados agora pelos relatores da Receita e da Despesa da proposta orçamentária, respectivamente o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) e o deputado Ricardo Barros (PP-PR).

Semana passada, o governo enviou à CMO mensagem alterando a receita da proposta orçamentária para incluir a arrecadação com a CPMF.

O envio da mensagem reabriu o prazo de emendas à receita. Ao todo, foram apresentadas 42 emendas, muitas das quais pedindo a exclusão dos recursos da CPMF do projeto orçamentário.

Ligação de outra cidade pela mesma operadora de celular pode deixar de ser taxada

Projeto aprovado este mês no Senado e que segue para a Câmara dos Deputados proíbe a cobrança de taxas por chamadas feitas ou recebidas quando o assinante está fora da localidade de registro do seu telefone móvel, a não ser que precise utilizar a rede de uma outra prestadora

QUEM USA O telefone celular em outras cidades paga taxas não só pelas ligações que faz, como pelas que recebe. Hoje, para evitar a cobrança de *roaming* de dados, ou seja, de taxa pelo uso da linha fora da área de registro, é preciso ter um pacote de telefonia com ampla cobertura.

Projeto aprovado pelo Senado pretende extinguir a cobrança de *roaming* nacional e de adicional por chamada (AD) em localidades atendidas pelas mesmas redes de telecomunicação da operadora de telefonia móvel contratada pelo usuário.

As taxas de *roaming* são cobradas pelo deslocamento, dependendo da localidade, enquanto o AD é uma taxa fixa por cada chamada feita.

O PLS 85/2013, de Valdir

Raupp (PMDB-RO), proíbe a cobrança no caso de ligações originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico. No caso de infração, haverá penalidades.

Na prática, fica livre das tarifas aplicáveis o assinante da operadora "A" que estiver em localidade fora da área de registro de sua linha se nesse local estiver usando a rede dessa mesma operadora "A" para fazer ou receber chamadas. Porém, é mantida a permissão de cobrança se a operadora acionada for distinta.

Validade

Raupp sustenta, na justificativa do projeto, que a cobrança do *roaming* tinha sentido no início da telefonia celular,

quando as empresas precisavam se utilizar das redes de outras operadoras para evitar que os assinantes ficassem sem acesso aos serviços de telefonia móvel.

Ele diz que esse argumento não é mais válido, pois, hoje, quase todas as operadoras utilizam suas próprias redes, agora nacionalizadas.

A matéria foi aprovada este mês na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa, e segue agora para a Câmara. Se for acolhida pelos deputados sem modificações, irá à sanção presidencial. Não havendo veto, entrará em vigor assim que for publicada. Antes, no Senado, a proposta havia passado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Raupp registra que a Agência

Nacional de Telecomunicações (Anatel) vem estudando o fim desse tipo de cobrança. "Apesar de já haver essa intenção, entendemos que o meio mais adequado é a lei, por questão de segurança jurídica", reforça.

Encargos

O relator na CI, Walter Pinheiro (PT-BA), que recomendou a aprovação do projeto, observa que a cobrança das taxas de *roaming* e de deslocamento é uma licença concedida às operadoras. Assim, a seu critério, elas podem ou não efetivar a cobrança. As empresas, inclusive, já comercializam planos de serviços que dispensam esses encargos, sobretudo em situação similar à do projeto, quando as chamadas em *roaming* são originadas ou terminadas



Se a chamada é originada e terminada na rede de empresas do mesmo grupo econômico, não há interconexão, por isso senadores não veem sentido em cobrança de taxa

dentro da própria rede.

— As empresas fazem disso um atrativo para que os assinantes possam migrar para seus serviços. Portanto, isso demonstra que esse não é um custo que esteja prejudicando as operadoras — salienta.

Para o senador, fica evidente que as empresas estão começando a optar por ganhos de escala, aumentando o aproveitamento da rede com a inclusão de mais clientes e melhores pacotes de serviços, do que pela insistência em cobrar tarifas por custos já superados.

Na sua avaliação, é importante seguir ajustando a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997) para estimular o serviço móvel pessoal a avançar na eficiência e produtividade, sem a necessidade de "supertarifas".

— Ganha o usuário, que poderá falar mais sem pagar tarifas extras, e ganham as empresas, pela conquista de mais usuários ou pelo aumento do volume de serviços prestados a cada cliente — avaliou.

Mercosul

Na União Europeia, a tarifa de *roaming* deixará de ser cobrada inclusive para chamadas entre os países desse bloco econômico, diz Pinheiro. A previsão é que a medida começa a valer em abril de 2017.

— Esse é um desafio que temos que começar a pensar para o Mercosul e mesmo para países de outros continentes. A associação de consumidores Proteste viu como notícia promissora a aprovação do PLS 85/2013 no Senado. A decisão ocorreu três meses depois que a

entidade promoveu campanha pelo fim do *roaming*, mobilizando quase 25 mil pessoas. Uma petição pelo fim das taxas adicionais foi encaminhada à Anatel, que regula o setor.

— Esperamos agora que os deputados demonstrem a mesma sensibilidade em relação ao tema que tiveram os senadores e aprovem o quanto antes o projeto — comentou Maria Inês Dolci, coordenadora institucional da Proteste. Para ela, é totalmente descabido tarifar o consumidor por um custo inexistente desde que as operadoras estruturaram redes em escala nacional. Segundo Maria Inês, a campanha promovida pela entidade e a própria intervenção do Legislativo no assunto seriam desnecessárias se a Anatel já tivesse cumprido seu papel, retirando

a previsão de cobrança dessas taxas de seus regulamentos.

A Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel), que congrega as prestadoras do serviço móvel pessoal, considera inconveniente a aprovação do projeto. No seu portal na internet, a entidade menciona que as empresas já vêm, promocionalmente, isentando os clientes da cobrança.

A entidade cita o trabalho de revisão da regulamentação dos serviços em andamento na Anatel. Para a Acel, sempre que possível, a melhor solução é manter o detalhamento da disciplina dos serviços dentro dos limites normativos da agência, a seu ver detentora de "maior flexibilidade para atender às rápidas mudanças que caracterizam o setor de telecomunicações".

Já há oferta de planos e pacotes sem adicional para outros DDDs

Em agosto, a Proteste divulgou que o gasto do consumidor com o pagamento das tarifas podia chegar a R\$ 550 por ano, no caso de uso de telefone pré-pago, com recebimento ou realização de 20 ligações de longa distância dentro de um mês, com duração de 1,5 minuto cada uma.

Na Europa, o *roaming* será extinto em 15 de junho de 2017, registra a Proteste. Nos Estados Unidos e no Canadá, segundo a entidade, a cobrança existe em alguns planos e operadoras. Quanto ao mercado nacional, o fim das taxas de *roaming* já é uma realidade, mas não para todos os tipos de planos de serviço.

As empresas de telefonia começaram há algum tempo a ofertar planos livres de custo de *roaming* para os planos pós-pagos, normalmente pacotes promocionais que, apesar dos preços mais elevados, permanecem sem esse tipo de taxa adicional ao longo do tempo.

Efeito clube

As operadoras costumam dispensar a cobrança sobretudo para chamadas entre linhas de assinantes da mesma operadora. Uma das consequências é que alguns consumidores adquirirão chips diferentes, de várias operadoras.

Outra é o reforço do chamado

efeito clube, quando assinantes combinam com parentes e amigos que moram em outras localidades de assinarem planos da mesma operadora para falar com mais liberdade, sem o peso dos custos de *roaming*.

O efeito clube já ocorria dentro de áreas com o mesmo DDD, por conta da oferta de serviços sem custos adicionais para ligações entre linhas da mesma operadora. Depois que as operadoras passaram a ter redes em escala nacional, o mercado de telefonia começou a trabalhar com planos em que a franquia de minutos também pode ser utilizada para ligações entre diferentes DDDs.

E agora começam a surgir pacotes sem taxa de *roaming* para qualquer que seja a operadora de destino, inclusive em planos pré-pagos. No início de novembro, a Tim anunciou pacotes com esse formato. Imediatamente depois, foi a vez de a Claro acabar com diferença de preços para outras prestadoras.

O que mais distingue os planos é a variação do pacote de megabytes de acesso à internet. É um indicativo que reforça a ideia de que os smartphones serão cada vez menos utilizados para "falar" e mais para outras funções, como navegar na internet, prover acesso às redes sociais, baixar músicas, ver filmes e jogar on-line.

Cobrança de *roaming* veio do uso das redes de outras prestadoras

A cobrança de *roaming* é disciplinada por regulamentos da Anatel, mas as empresas são livres para cobrar ou não pelos serviços. Na prática, são duas modalidades distintas de tarifas que podem ser repassadas ao usuário nas ligações entre linhas de celular de diferentes áreas de registro: o adicional por chamada (AD) e a chamada de longa distância (VC-2 ou VC-3).

No caso do AD, a cobrança pode incidir tanto na conta de quem faz quanto na de quem recebe a chamada entre diferentes DDDs, dependendo de quem esteja fora da área de registro da linha.

O consultor Rodrigo Abdalla explica que, no passado, o AD servia para remunerar a prestadora que recebia o assinante em *roaming*. Como cada prestadora tinha área

geográfica de atuação limitada, elas precisavam fazer parcerias comerciais para que os usuários pudessem usar a rede da área em que se encontrassem quando viajavam.

Já a VC serve para remunerar a prestadora de longa distância. No passado, eram apenas duas, a Embratel e a Intelig. Como as empresas do serviço móvel pessoal não podiam efetuar chamadas de longa distância, precisavam contratar uma dessas duas prestadoras.

— Com a convergência tecnológica e a consolidação econômica do setor, tais cobranças não fazem mais sentido, pois a maior parte das prestadoras já oferece o serviço nacionalmente ou passou a pertencer a um grupo que agora tem autorização para prestar o serviço de longa distância — explica.



Para Raupp, cobrança do *roaming* só era justificada no início da telefonia celular; e Pinheiro defende o projeto como uma contribuição para a redução das tarifas da telefonia



Em viagens, consumidores preferem utilizar aplicativos de troca de mensagens, dizem consultores

Para a bancária aposentada Marli Oliveira Lima, de Brasília, poucas coisas são tão prazerosas quanto viajar. Com a chegada da aposentadoria, arrumar as malas e partir para um novo roteiro passou a ser hábito frequente. Mas o impulso de pegar o celular para manter contato com a família acabou contido depois de ver a conta de telefonia subir a cada retorno. Culpa das taxas extras de *roaming* pagas pelo uso da linha fora da área original de registro.

— É terrível essa cobrança, um estraga-prazer das viagens — afirma.

Marli revela que chegou a pagar uma conta de quase R\$ 500 em um mês no qual viajou, muito acima do limite do seu plano pós-pago, no valor de pouco mais de R\$ 180 mensais. E se viu, repetidas vezes, diante

de fatura ao menos no dobro do valor do pacote contratado. Hoje, para evitar aborrecimentos, sempre que possível, ela desativa a função *roaming*.

Temor

O consultor do Senado Dilson Ferreira observa que a insegurança sentida pelo usuário em usar a linha de celular fora da área de origem, pelo temor do custo da conta, acaba resultando em perda de receitas para as operadoras. Para afastar o risco de uma conta de valor imprevisível, afirma, os assinantes migram para os serviços multiplataforma, em detrimento do uso da linha telefônica.

— Com a popularização da internet, as pessoas preferem ficar nos locais onde possa ter acesso via wi-fi gratuito e usar a internet para se comunicar — constata.

No caso de Marli, a comunicação com irmãos e amigos agora é feita por meio do WhatsApp, o mais popular aplicativo multiplataforma pelo celular, para troca, até agora gratuita, de mensagens de texto ou voz. Para isso, basta encontrar uma área com cobertura de internet wi-fi.

— Fui bem instruída por uma sobrinha sobre todas as novidades tecnológicas — comenta.

Tráfego

Por isso, Dilson Ferreira avalia que o fim da cobrança das tarifas de *roaming* deve beneficiar as próprias empresas de telefonia móvel, um aspecto que, a seu ver, ainda não foi adequadamente percebido pelos agentes do mercado. Sem o temor da tarifação, observa, as pessoas passam a contar com um estímulo para usar a sua própria

linha celular para as chamadas de voz.

Segundo ele, o resultado deve ser o aumento do tráfego de chamadas, sem custos adicionais para as operadoras. Como já contam com redes próprias em todo o país, observa o consultor, elas não têm mais que pagar pelo uso das plantas de telecomunicações das concorrentes para que seus assinantes continuem conectados em qualquer lugar em que estejam.

— Na verdade, as empresas não vão perder em nada, porque elas já não incorrem nesses custos. Então, acabar com a cobrança de *roaming* é só uma questão de fazer justiça com o processo de tarifação — afirma.

Previsibilidade

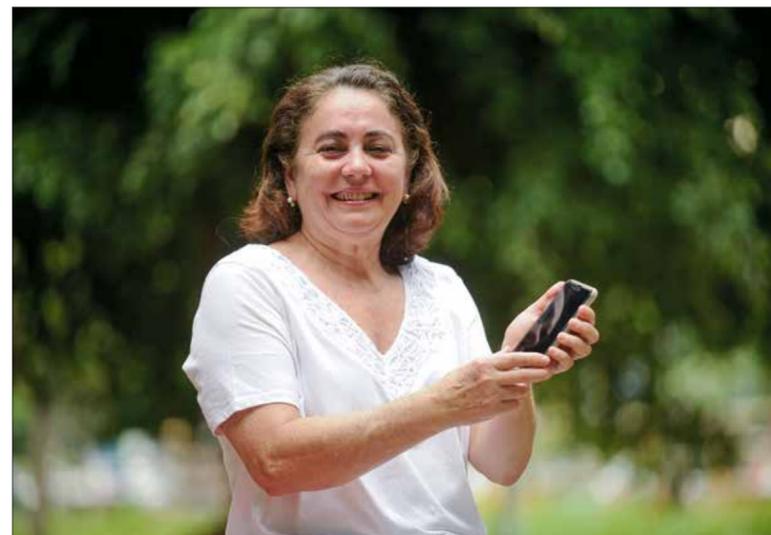
Rodrigo Abdalla, também consultor do Senado, destaca o

ganho em previsibilidade que o consumidor terá em relação ao valor da conta com o fim das taxas de *roaming*.

Com a medida, afirma, o assinante vai saber exatamente quanto pagará, já que os custos serão muito mais comparáveis entre as operadoras.

Como hoje os planos são muito diferentes entre si, ele diz que o consumidor nem sempre consegue perceber as discrepâncias entre os valores cobrados, até porque esse não é um serviço que usa regularmente.

— Então, frequentemente isso causa surpresa ao consumidor que recebe a conta e ainda para aquele que utiliza seu celular pré-pago, porque o *roaming* se reflete no término antecipado dos créditos que ele havia previsto para usar dentro de certo período — explica.



A aposentada Marli Oliveira via as contas dobrarem de valor quando viajava, até que passou a utilizar o WhatsApp

Saiba mais

PLS 85/2013: <http://bit.ly/PLS85-2013>

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel): www.anatel.gov.br

Proteste – Associação de Defesa do Consumidor: www.proteste.org.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Profissionalismo é desafio da legislação esportiva, dizem juristas

Para especialistas, atualização da Lei Geral do Desporto precisa levar em conta questões como relações trabalhistas e tributação do setor

ESTABELECE UM NOVO marco regulatório que não ignore o caráter profissional de um grande número de modalidades esportivas. Esse é um dos maiores desafios de atualização da Lei Geral do Desporto, na visão da comissão de juristas responsável pela apresentação de um anteprojeto sobre o tema. A comissão se reuniu ontem.

O professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Pedro Trengrouse sugeriu que o colegiado faça uma audiência pública com o economista José Roberto Afonso, autor de estudos sobre o impacto na Previdência Social e no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) de relações de trabalho que buscam escapar da tributação.

Trengrouse disse que a comissão pode elaborar uma legislação para o esporte que sirva de modelo a outras áreas de atividade. Na área esportiva, é muito comum clubes pagarem a maior parte dos vencimentos de seus atletas sob a rubrica “direito de imagem”, como uma forma de escapar da tributação referente à área trabalhista, continuou.

— Os atletas fazem apenas o que a grande maioria da sociedade já faz. É um problema muito sério de nosso

modelo tributário, cada vez mais as pessoas organizam seu recebimento por meio de empresas para que sejam menos tributadas — afirmou.

A sugestão de reunir-se com Afonso foi acatada e a data da audiência será marcada.

Tributação

A polêmica em torno das relações trabalhistas toca na definição acerca do profissionalismo no esporte. Clubes de diversas modalidades também se valem do argumento de que os atletas seriam apenas amadores para escapar da tributação.

Segundo dados da Receita Federal referentes a 2010 e citados por Trengrouse, apenas

47% dos rendimentos declarados por contribuintes em geral no país se enquadraram na condição de “tributáveis”. A elisão fiscal, continuou o professor, tem levado a Receita e o Ministério Público do Trabalho a autuar algumas entidades esportivas.

O especialista em direito desportivo Álvaro Melo Filho, por sua vez, afirmou que a MP 690/2015, em análise pelo Congresso, tem entre os objetivos combater a elisão fiscal. No entendimento dele, o texto da MP inviabilizará o pagamento de atletas pelo mecanismo do “direito de imagem”, criando dificuldades para clubes de diversas modalidades.

A comissão aprovou a re-

alização de audiências com entidades de administração ou com fortes ligações com o esporte, todas com datas ainda a serem marcadas. Devem ser ouvidos representantes das emissoras de TV Globo, Record, Bandeirantes e Fox Sports, além da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel).

Também estão sendo convidadas as empresas Ambev, Esporte Interativo, Google, Facebook e Twitter. Haverá audiências com a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), com o Novo Basquete Brasil (NBB), com a Liga Futsal e com o gestor Ricardo Trade, que trabalhou nos Comitês Organizadores da Copa do Mundo e das Olimpíadas.



Comissão de juristas que elabora um anteprojeto para a Lei Geral do Desporto debate profissionalização no esporte

Capiberibe elogia voto impresso obrigatório

João Capiberibe (PSB-AP) elogiou a decisão do Congresso de manter a obrigatoriedade de impressão do voto nas eleições.



Para o senador, com a impressão do voto, fraudes eleitorais podem ser evitadas:

— A urna eletrônica é um voto que chamamos voto às cegas. Votamos, mas não temos certeza para quem vai ser contabilizado o número. Portanto, acho que corrigimos uma distorção no voto eletrônico.

Paim questiona demissões da Petrobras no RS

Paulo Paim (PT-RS) leu ontem manifesto de trabalhador do setor naval do Rio Grande do Sul condenando o que chamou de prática de redução de custos da Petrobras. Segundo Paim, em 2013, o setor empregava 23 mil pessoas no estado; o número passou para 10 mil.

A tática da estatal, segundo o manifesto, é desempregar aqui e empregar na China, onde há investimentos no setor naval, disse Paim, que encaminhou à Petrobras pedido de informações sobre a notícia.

Elmano quer adutora contra seca no Piauí

Elmano Férrer (PTB-PI) comemorou decisão da 5ª Vara da Justiça Federal do Piauí, que ordenou à União que elabore, em quatro meses, projeto básico de adutora para o abastecimento de água no sertão do Piauí.

A obra, afirmou, custará R\$ 950 milhões e solucionará a seca no estado por pelo menos 300 anos. Em vez de gastos “estéreis” com carros-pipa, disse, a solução deve ser definitiva.



Fotos: Waldemir Barreto/Agência Senado

Acordo Transpacífico volta à pauta de comissão

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) volta a discutir hoje o Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica (TPP), que reúne Estados Unidos, Canadá, Austrália, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã, países que, juntos, representam 40% da economia mundial.

O debate será realizado a pedido de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e deve contar com a participação do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

A exemplo da primeira audiência sobre o tema, em outubro, a CRE vai se dedicar a analisar as consequências para o Brasil da criação do bloco econômico. Naquele encontro, os participantes apontaram a falta de estratégia do governo brasileiro na área de comércio exterior, o que estaria levando o país ao isolamento no cenário internacional.

Os 11 países que integram o TPP concentram 11% da população mundial e mais de 790 milhões de consumidores. A expectativa é que o Acordo

Transpacífico — focado na derrubada de barreiras tarifárias e na unificação de regras de propriedade intelectual — movimente US\$ 223 bilhões por ano a partir de 2025. No requerimento de debate, Tasso estimou perdas de US\$ 31 bilhões para as vendas industriais brasileiras com esse acerto.

O ministro Mauro Vieira também deverá abordar denúncia de um suposto veto à indicação do ex-ministro da Defesa Nelson Jobim como observador brasileiro do pro-

cesso eleitoral na Venezuela. O assunto está presente no mesmo requerimento do senador.

— Temos a notícia de que o governo venezuelano teria vetado o nome do ex-ministro Nelson Jobim como membro brasileiro da comissão de observadores do processo eleitoral que se aproxima. Torna-se assim imprescindível que esta comissão se inteire das circunstâncias e condições em que se deu todo esse processo, a fim de uma tomada de posição com base em informações mais detalhadas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Brasil tem números de guerra, adverte Lídice

Presidente da CPI do Assassinato de Jovens, a senadora conduziu debate ontem na Região Metropolitana de Salvador. Na Bahia, são 37 homicídios a cada 100 mil habitantes

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito do Assassinato de Jovens reuniu-se ontem em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, para tratar do assunto com autoridades locais. A Bahia registrou 37 assassinatos para cada 100 mil habitantes nos últimos 15 anos e os números estão crescendo.

A presidente da CPI, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), chamou a atenção para o fato de que os índices de mortes violentas no Brasil são superiores aos de regiões em guerra.

— Nós estamos chegando numa situação de grande calamidade no Brasil em relação às mortes violentas. Essa é uma característica da América Latina, dos países em desenvolvimento, é uma característica que une pobreza com crime organizado. Mas isso não quer dizer que nós devamos ficar

calados, permitindo que essa realidade seja agravada.

A senadora observou que a violência no Brasil ocorre por várias motivações e atinge a diferentes populações, de acordo com a localidade. No Norte, por exemplo, a maioria dos jovens assassinados é indígena. As particularidades serão apresentadas às autoridades no relatório final da CPI para que, então, políticas de segurança pública e inclusão de jovens sejam adotadas.

— Isso exige uma política de segurança pública diferente e uma política de inclusão social também mais intensa, que seja capaz de incluir os jovens — ressaltou a senadora.

Participaram da reunião representantes da Secretaria Estadual de Segurança da Bahia, das polícias civil e militar, do Ministério Público e de uma vara de infância.



Lidice (3ª à dir, entre Humberto Costa e Lindbergh Farias) defende uma política de inclusão social que integre jovens

Prevenção da violência será debatida hoje

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher vai debater hoje o uso de medidas protetivas, como botão do pânico, tornozeleira eletrônica e casas-abrigo, para reduzir os altos índices de violência contra a mulher. Estarão presentes a secretária especial de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Eleonora Menicucci, e o prefeito de Vitória, Luciano Rezende.

O Espírito Santo lidera o ranking dos estados com maiores índices de violência contra a mulher. Desde 2013, entretanto, mulheres da capital capixaba que se sentem ameaçadas contam com o botão do pânico, dispositivo que faz parte de um projeto-piloto lançado pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) em parceria com a Prefeitura de Vitória. A criação e a implantação

do botão do pânico na cidade levou o TJES a conquistar um dos mais respeitados prêmios da Justiça brasileira, o Innovare 2013, na categoria Tribunal. A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), autora do pedido da audiência, destaca a importância de outros dispositivos que estão dando resultados, como a tornozeleira eletrônica e as casas-abrigo.

Pesquisa do DataSenado sobre violência contra a mulher constatou que, por todo o país, 99% das mulheres já ouviram falar na Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência doméstica e familiar. Apesar disso, segundo projeção feita a partir da pesquisa, mais de 13,5 milhões de mulheres já sofreram algum tipo de agressão. Dessas, 31% ainda convivem com o agressor. E o dado mais alarmante: entre as que convivem com o agressor, 14% ainda sofrem algum tipo

de violência.

Também participarão da audiência a juíza do TJES Hermínia Azoury; a delegada-chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, Ana Cristina Melo Santiago; a juíza Maria Domitila Prado Manssur Domingos, do Tribunal de Justiça de São Paulo; e o representante do Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva (INTP), Mateus de Aguiar Pereira.

A audiência da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher está marcada para as 14h. Depois do debate, a comissão vai apreciar requerimento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para a realização do seminário Mulheres, Violência e Mídias Sociais, previsto para o início de dezembro.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão vai comemorar 60 anos do Dieese

Os 60 anos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) vão ser comemorados em uma audiência pública interativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) hoje, às 14h. A homenagem foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

O Dieese foi criado em 1955 pelo movimento sindical brasileiro para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores. Ao longo da história, o departamento conquistou

credibilidade nacional e internacional, sendo reconhecido como instituição de produção científica nas áreas de emprego, leis trabalhistas, renda, negociação coletiva e políticas públicas, por exemplo.

A CDH convidou para a sessão a presidente do Dieese, Zenaide Honório, e a coordenadora de Estudos e Desenvolvimento da instituição, Ângela Maria Schwengber. Foram chamados representantes de seis centrais sindicais e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Um dos estudos feitos regularmente pelo departamento estima o custo da cesta básica, mensalmente, em 18 capitais do país.

Outra pesquisa da instituição compara os salários e as condições de trabalho internacionalmente, além de trazer informações a respeito de diversas carreiras. Esses dados podem ser acessados pelo site www.meusalario.org.br, que também informa sobre direito do trabalho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Audiência aborda amanhã política pública para idosos

As políticas públicas que asseguram os direitos das pessoas idosas serão tema de audiência a ser realizada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) amanhã, às 9h. A audiência atende requerimento de Elmano Férrer (PTB-PI).

Foram convidadas a pesquisadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública e Envelhecimento da Fundação Instituto Oswaldo Cruz Karla Cristina Giacomini; a presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento, Marília Berzins; a promotora de Justiça do Ministério Público do Piauí, Marlúcia

Gomes Evaristo Almeida; a juíza coordenadora da Central Judicial do Idoso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Monize da Silva Freitas Marques; a defensora pública do Distrito Federal e especialista em gerontologia e saúde do idoso Paula Regina de Oliveira Ribeiro; e ainda uma representante do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

A audiência acontece na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

MP que autoriza auditor a andar armado pode avançar

A comissão mista que examinará a Medida Provisória (MP) 693/2015 reúne-se hoje, às 14h, para definir o plano de trabalho. O senador Blairo Maggi (PR-MT) preside a comissão, que tem como relator o deputado Manoel Junior (PMDB-PB).

A MP 693 permitiu a auditores e analistas portar arma própria ou da Receita, mesmo fora de serviço, quando houver possibilidade de ameaça a sua integridade física ou de sua família em decorrência do trabalho, desde que a ameaça seja registrada na polícia.

O governo alega que 87% dos atentados e ameaças ocorreram fora do horário de serviço, na ausência de qualquer proteção policial. O risco é maior

para os crimes aduaneiros, como contrabando, tráfico de drogas e de armas.

A medida prevê benefícios fiscais para as distribuidoras de energia elétrica nos locais onde serão realizadas as competições dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, que serão realizados no Rio de Janeiro.

A MP 693 concede isenção da Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro (TFPC), para treinamentos e competições aos atletas, ao Comitê Olímpico Internacional, ao Comitê Paralímpico Internacional, às federações desportivas internacionais e aos comitês olímpicos e paralímpicos nacionais.

Representantes do governo e de TVs e rádios comunitárias debateram ontem na CDH os desafios da comunicação pública para diversificar a produção de conteúdos no país

Sistema digital pode ajudar a democratizar TV

FRUTO DO PROCESSO de digitalização da TV no Brasil, o Canal da Cidadania poderá contribuir para a democratização da comunicação, com um sistema público que inclui TVs não estatais. A avaliação foi feita ontem por participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). No encontro, foram debatidos os desafios da comunicação pública e dos direitos humanos nas TVs abertas e por assinatura.

O governo prevê a implantação do Canal da Cidadania até 2019 nas cidades com mais de 100 mil habitantes. Ele vai fazer uso da multiprogramação possibilitada pela TV digital. Serão quatro faixas de conteúdo: uma para os municípios, outra para os estados e duas para associações comunitárias.

— O Canal da Cidadania é uma revolução. As prefeituras e as comunidades locais vão poder falar na TV aberta. Essa sempre foi a nossa batalha — disse o superintendente-executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), André Barbosa.

Também serão criados os Canais do Poder Executivo, da Educação e da Cultura.



Senador Hélio José (3º à esq.) preside debate que discutiu, entre outros pontos, o Canal da Cidadania: faixas para estados, municípios e associações comunitárias

Pola Ribeiro, da Secretaria de Audiovisual (SAV) do Ministério da Cultura, disse que uma maior disseminação dos canais estatais e públicos vai ajudar a diversificar a informação recebida pela população:

— [A comunicação privada] não pode sozinha dar conta da comunicação do país. Não temos que bater altos índices de audiências, mas de referência.

Bia Barbosa, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, espera que os novos canais incluam a participação da sociedade.

— Se a programação do Canal da Educação for desenha-

da e organizada integralmente pelo MEC [Ministério da Educação], a gente está falando de mais um canal estatal, e não público — apontou.

Segundo Otávio Pieranti, do Ministério das Comunicações, o decreto de criação dos canais prevê mecanismos de participação social na programação.

Até hoje, 378 municípios solicitaram a outorga do Canal da Cidadania. Desses, 25 estão em fase de apresentação de projeto técnico. Após essa etapa, o ministério encaminhará os pedidos ao Congresso, que dará a palavra final.

Outro assunto debatido foi

a sustentabilidade das rádios e TVs comunitárias. O presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, Paulo Miranda, propôs que o financiamento das TVs deve seguir modelo semelhante ao da EBC. Além de recursos orçamentários da União, a EBC recebe verbas da publicidade institucional do governo, doações e recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

Outros representantes do setor sugeriram que o governo federal destine ao menos 10% da verba gasta com publicidade para veículos de comunica-

ção pública e comunitária. Em 2014, a administração pública federal gastou R\$ 2,32 bilhões em publicidade.

Alessandro Godinho, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, afirmou que o governo amenizou o número de veículos que recebem verbas nos últimos dez anos. Segundo ele, a audiência é um critério importante, mas não o único considerado.

— O governo evoluiu de 200 veículos programados para quase 4 mil. Temos um campo para avançar. O recurso é finito e não conseguimos atender as expectativas de todo mundo.

Telmário Mota relata reunião com Dilma em apoio aos pescadores

Telmário Mota (PDT-RR) sugeriu ao governo que aproveite o período de suspensão de 120 dias do pagamento do seguro-defeso, decidida em outubro, para unificar as ações voltadas aos pequenos, médios e grandes pescadores em um novo programa, o “Meu Peixe, Minha Renda”. Ele afirmou ter feito a sugestão ontem em reunião com a presidente Dilma Rousseff e alguns ministros.

O senador disse que também pediu apoio para viabilizar a produção da fosfoetanolamina sintética, substância que estaria apresentando resultados no tratamento do câncer, e a conclusão do Linhão de Tucuruí, obra que vai garantir segurança energética para Roraima.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Paim destaca Marcha das Mulheres Negras em Brasília

Paulo Paim (PT-RS) registrou a Marcha das Mulheres Negras, ocorrida semana passada em Brasília, em que manifestantes de todo o país cobraram a igualdade de direitos e o fim do preconceito racial. Ele frisou que as mulheres negras são 25% da população e as mais vulneráveis na implantação de políticas públicas e que o salário que recebem é 40% em média inferior àquele pago às que não são negras.

— As mulheres negras falam, caminham, marcham, porque querem, sim, estar nos espaços de poder. Vamos todos marchar para aumentar o nível de consciência, pelo respeito, pela vida, contra a violência, contra o racismo, para que todos possam viver bem.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz aplaude reinício das obras de rodovia na Região Norte

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou ontem decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que suspendeu liminar determinando a paralisação das obras de recuperação da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

O senador disse que a determinação adveio de ação ajuizada pelo Ministério Público Federal, baseada em parecer do Ibama, mas diligência da Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado verificou que não havia irregularidades ambientais no projeto.

— Todos os amazônidas clamam há muito tempo pela reabertura dessa rodovia como vetor do desenvolvimento sustentável, da proteção da floresta e da produção agrícola.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Crivella diz que políticos não devem se calar ante a violência doméstica

Marcelo Crivella (PRB-RJ) destacou que a classe política não deve se calar ante a violência contra a mulher nem aceitar retrocessos nos direitos delas. Ele citou artigo publicado ontem em que a professora Lígia Bahia classifica as agressões contra mulheres como epidemia e risco à democracia.

Para o senador, os políticos já enfrentam altos índices de impopularidade e as “ambições eleitorais” não justificam o silêncio diante da violência doméstica praticada por figuras públicas.

— Cada vez que, como a nossa professora Lígia Bahia, [as mulheres] erguerem a voz em defesa delas próprias, estarão nos ajudando a construir a cidadania neste país — disse Crivella.



Divulgação

A discussão que leva ao entendimento.

Os principais temas que interessam a você e à sociedade estão na revista Em Discussão! Nesta edição, levantamento dos debates e votações de projetos na pauta do Senado com vistas à revisão do Pacto Federativo. Análises de parlamentares, governadores, prefeitos, estudiosos e também de internautas.

Em Discussão! Informação e novas ideias.



Secom | Publicidade e Marketing



No Plenário, os jovens senadores posam para uma selfie: quatro dias de muito trabalho no Senado

ESTUDANTES CONHECEM O SENADO E TAMBÉM FAZEM POLÍTICA

DEPOIS DE passarem uma semana em Brasília, conhecendo o funcionamento do Poder Legislativo e discutindo sugestões de projetos, os 27 participantes do Projeto Jovem Senador 2015 encerraram as atividades na sexta-feira votando no Plenário as propostas que eles elaboraram. Os textos serão encaminhados à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que poderá transformá-los em projetos de lei.

Os jovens senadores votaram sugestões em educação, processo eleitoral e meio ambiente. O Projeto de Lei do Senado Jovem 2/2015 torna obrigatória a comprovação da procedência legal da madeira nativa usada em obras públicas. O objetivo é manter as flores-

tas protegidas. Relatora do projeto, a jovem senadora Amanda Carla Borba (PE) crê que a medida incentivará a certificação da madeira.

O Projeto de Lei do Senado Jovem 3/2015 prevê que a Justiça Eleitoral criará um espaço nos locais de votação durante as eleições para a coleta de assinaturas de apoio a projetos de lei de iniciativa popular. O texto determina que as iniciativas populares deverão ser encaminhadas à Justiça Eleitoral com antecedência de seis meses da data das eleições, para divulgação. A relatora, jovem senadora Flávia Dall'Agnol de Oliveira (RS), apontou as atuais dificuldades para a coleta de assinaturas e argumentou que a medida permitirá aos eleitores participar mais efe-

tivamente da política.

O reconhecimento de experiências extraescolares no processo seletivo de universidades foi o item polêmico da sessão. O Projeto de Lei do Senado Jovem 1/2015 faculta às instituições a decisão de considerar, como critério de seleção dos alunos, a participação em serviço voluntário, a obtenção de medalha em olimpíadas escolares e o destaque em concurso artístico. Metade dos jovens senadores considerou que a proposta prejudica alunos carentes, que não têm acesso fácil a atividades extracurriculares.

Para resolver a questão, aprovaram emendas prevenindo que as escolas criem as atividades extracurriculares e que elas equivalerão a apenas 2% do total da nota.

“Aqui vimos o quanto o trabalho do Legislativo é significativo para a sociedade”, afirma participante

Os 27 jovens senadores foram empossados na terça-feira passada numa solenidade presidida pelo senador Jorge Viana (PT-AC). No mesmo dia, Cindyneia Ramos Cantanhêde (MA) foi eleita presidente da Mesa Jovem do Projeto Jovem Senador 2015. Ela

disse que a participação no programa marcará a vida acadêmica e profissional de cada estudante, mudando suas realidades:

— Seremos multiplicadores das experiências e de conhecimento sobre o trabalho e sobre as pessoas que constroem este lugar.

Durante a semana, os estudantes conheceram o funcionamento do Poder Legislativo participando de reuniões de comissões e sessões do Plenário, sempre acompanhados por consultores legislativos do Senado.

Os jovens senadores foram recebidos pelo pre-

Jovem Senador começou em 2011

O Jovem Senador, realizado anualmente desde 2011, é um projeto que permite a estudantes do ensino médio de escolas estaduais de todo o Brasil conhecer o Legislativo.

A legislatura dura quatro dias e inicia-se com a posse dos jovens senadores e a eleição da Mesa. O trabalho é encerrado com a aprovação dos projetos.

A seleção dos jovens senadores é feita por meio de um concurso de redação. Para participar, as escolas são convidadas a promover um concurso interno entre os alunos e enviar a melhor redação à secretaria de Educação

do estado. A secretaria selecionará três redações para representar o estado na etapa nacional.

No Senado, uma comissão julgadora é formada para selecionar os melhores textos de cada uma das 27 unidades da Federação.

Os autores das melhores redações — um por unidade da Federação — são selecionados para simular em Brasília a atuação dos senadores.

O projeto tem o apoio do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Secretários de Educação e das secretarias de Educação dos estados.

sidente do Senado, Renan Calheiros, visitaram monumentos históricos de Brasília, como o Palácio do Planalto, posaram para fotos oficiais e concederam entrevistas.

Terminada a semana, a jovem senadora Geysa Claudio de Souza (AM) disse que o Projeto Jovem Senador mostrou como a atuação do Poder Legisla-

tivo é mais intensa do que mostra a televisão:

— Pensamos que é um trabalho fácil, mas vimos como é pesado e significativo para a sociedade. Vivenciar isso foi uma oportunidade gratificante.

Para Monalisa Iris Quintana (MS), o projeto é inesquecível:

— Vou me lembrar de tudo isso a vida inteira.

SEMANA AGITADA EM BRASÍLIA

Os 27 estudantes de todo o Brasil chegaram a Brasília na segunda-feira da semana passada. Nesse primeiro dia, eles deixaram as malas no hotel e participaram de uma visita guiada pelo Congresso Nacional.



Chegada a Brasília



Os cinco dias no Congresso foram de muito trabalho para os 27 jovens senadores que representaram seus estados. Eles conheceram o processo de atividade legislativa e apresentaram sugestões que podem virar projetos de lei.



Entrada no Congresso



Exposição das redações



Reunião de boas-vindas



Visita ao Congresso



Bandeiras dos estados

Os trabalhos começaram na terça, quando os jovens senadores foram empossados e elegeram a Mesa.



Os jovens senadores foram divididos em comissões, onde apresentaram e discutiram suas sugestões de projeto de lei. Eles foram o tempo todo auxiliados por consultores legislativos do Senado.



Início dos trabalhos do mandato

Discussão nas comissões



Ana Volpe/Agência Senado



Escolhidos assumem funções

Enquanto os professores orientadores participaram de cursos, os jovens concederam entrevista e foram recebidos pelo presidente do Senado.



Professores fazem curso



Ana Volpe/Agência Senado



Ana Volpe/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado



Ana Volpe/Agência Senado



Ana Volpe/Agência Senado



Apresentação dos projetos

Na sexta, depois que as sugestões passaram nas comissões, elas foram discutidas e votadas no Plenário pelos estudantes, da mesma forma que ocorre com projetos de verdade.



Encontro com Renan Calheiros



Votação em Plenário



Resultado das votações

O trabalho não acaba depois que os jovens senadores vão embora. As sugestões que eles aprovaram serão analisadas pelo Senado e poderão ser transformadas em projetos de lei.



Há duas semanas, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa decidiu que ideias apresentadas por jovens senadores em 2012 e 2013 referentes à educação merecem tramitar na Casa



Jovens senadores participam de sessão no Plenário: proposta apresentada por estudantes tem chance de virar lei

Senado transforma sugestões de alunos em projetos de lei

NO ÚLTIMO dia 11, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aceitou duas sugestões originárias de edições anteriores do Projeto Jovem Senador e as transformou em projetos de lei. Ambas procuram fortalecer o sistema educacional.

A Sugestão (SUG) 21/2014 determina que a educação seja oferecida por escolas de tempo integral, com jornada mínima de oito horas diárias. A SUG 5/2013, por sua vez, altera a destinação dos royalties do petróleo, reservando 80% das receitas à educação e privilegiando a educação básica e o ensino técnico profissionalizante.

Com a aprovação, as sugestões viraram projeto de lei de iniciativa da CDH e passaram a tramitar no Se-

nado como qualquer outra proposta legislativa.

A SUG 21/2014, relatada pelo senador Dário Berger (PMDB-SC), com voto pela aprovação, foi proposta pelos estudantes na edição de 2013 do Jovem Senador.

Na justificativa, os jovens senadores salientaram a importância da educação integral para a formação de estudantes críticos e agentes de transformação social.

A proposta relativa aos royalties para a educação foi relatada pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), também com voto favorável. A sugestão é dos jovens senadores de 2012.

Além de reservar 80% dos royalties para a educação básica, o texto determina que 35% desses recursos serão aplicados no ensino profissionalizante.

Pelo projeto, os percentuais serão reavaliados no prazo de dez anos a partir da publicação da lei.

O Senado já aprovou projetos decorrentes de sugestões de jovens senadores. No fim do ano passado, dois projetos foram aprovados pelos senadores e encaminhados à Câmara.

Um deles obriga os professores do ensino básico a comprovar a qualificação (PLS 185/2012). O outro determina que estudantes com baixo rendimento escolar sejam incluídos num plano de recuperação especial (PLS 467/2012).

O primeiro nasceu de uma sugestão feita em 2011 pela estudante Adriele Souza (BA). O segundo foi proposto por Rafaela de Souza e Silva (MT), participante do mesmo ano.

“Eles serão os novos líderes do país”, diz professor

Os professores orientadores dos jovens senadores aprovaram o projeto. Os mestres também estiveram em Brasília e participaram de atividades no Senado.

Para Pedro Piantino, que orientou a primeira colocada no concurso de redação, Mariana Souto Pimenta (MG), o projeto é importante por fazer os jovens se interessarem pela política:

— Embora todo humano

seja político desde o nascimento, é necessário desenvolver esse gosto nos jovens, levando-os a uma participação intensa na elaboração das políticas públicas.

O representante da Secretaria de Educação de Minas Gerais, professor Ricardo Teixeira, ressaltou o incentivo que o Jovem Senador dá à leitura e frisou que o projeto forma cidadãos empenhados na

transformação do país:

— Quando os tiramos de suas cidades para que tenham contato com o poder, vislumbramos novos líderes para a nossa nação. O Senado brilha ao trazê-los aqui.

A mãe do jovem senador Victor Henrique Laranja (DF), Leila Laranja, citou a importância da família:

— Sempre o apoiamos nos estudos e agora estamos colhendo os frutos.

Pela 1ª vez, projeto recebe jovem senador indígena

Neste ano, pela primeira vez, o Projeto Jovem Senador teve um representante indígena. Morador de Guajará-Mirim (RO), Roberto Macurap Júnior se interessou pelo concurso ao ver um cartaz na escola estadual Simón Bolívar, onde estuda. O voo a Brasília foi sua primeira viagem de avião.

— Aqui conheci pessoas muito legais. A satisfação é maior quando eu lembro que estou representando o meu estado. Na língua macurap, eu diria on koak poate, que significa “estou feliz” — disse.

Emocionada, a professora-orientadora de Roberto, Carmita Gomez Flores, disse que a premiação será um “divisor de águas” para a escola e a comunidade.

— Para nós, professores, é uma grande honra participar dessa brilhante ideia. Tudo é muito bem organizado, numa proposta que deve continuar, para que outros jovens também tenham essa oportunidade — disse ela.

Durante os dias como jovem senador, Antonio Gomes da Silva Junior (PB) defendeu a aprovação de um projeto para a criação de núcleos tecnológicos regionais com aulas de robótica, para estimular alunos da rede pública.

O estudante disse considerar importante o envolvimento dos jovens na política. Para ele, essa tarefa não é cumprida adequadamente pelas escolas.

— Quando eu voltar para casa, vou tentar convencer meus amigos a participar ativamente das políticas públicas do nosso país — disse o estudante.

Essa foi a segunda vez que Antonio esteve em Brasília como recompensa pela dedicação aos estudos. A primeira viagem do estudante foi em 2013, quando apresentou um projeto escolar sobre sustentabilidade na 4ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

— Ser jovem senador é ainda mais emocionante — afirmou.

Das redações dos 27 jovens senadores, a que ganhou medalha de ouro foi a de Mariana Souto Pimenta, de Passos (MG).

— Hoje a maioria dos jovens não se importa com política. Esse concurso [de redação] puxa os estudantes para isso, para pensar, participar, ajudar a definir o futuro do país — disse.

A jovem senadora Emanuela Hannoff Pilon (SC) disse que o contato com a diversidade regional marcou a sua passagem pelo programa. Fazer amigos que têm uma cultura e um vocabulário diferentes foi, na visão dela, uma “experiência de vida”:

— Estou pegando sotaque do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima. Isso é legal porque conhecemos as outras culturas e não se prende apenas à nossa.



Roberto Júnior (RO), da tribo macurap: 1º indígena no projeto



O estudante Antonio Gomes (PB), que se interessa por robótica



Mariana Pimenta (MG), a 1ª colocada no concurso de redação

JORNAL DO SENADO

Av. N2, Unidade de Apoio 3 do Senado Federal
70165-920, Brasília, DF
www.senado.leg.br/jornal • e-mail: jornal@senado.leg.br
Twitter: @Agencia_Senado
facebook.com/SenadoFederal
Tel.: 0800 612211

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virginia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Editor-chefe do *Jornal do Senado*: Marcio Maturana

ENCARTE JOVEM SENADOR

Edição: Ricardo Westin
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Arte: Bruno Bazílio
Diagramação: Wesley Moura
Tratamento de imagens: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino